



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1982
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Ailton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 01/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 6 e 11 de novembro de 1981, entre o Estado do Paraná e, respectivamente os Municípios de ARAPONGAS e IBIPORÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 02/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 05 de novembro de 1981, aos convênios celebrados em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e os Municípios de LUPIONÓPOLIS e SÃO JERÔNIMO DA SERRA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 03/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas, de convênios celebrados em 4 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de ALVORADA DO SUL e PRIMEIRO DE MAIO, objetivando a construção de mini-postos de saúde.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 04/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 14 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados, pelo Centro de Processamento da Unidade de Planejamento Sul, da referida Fundação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço

e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 05/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos (n.ºs 2) aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água:

Município	data
Enéas Marques	11/06/81
Medianeira	11/06/81
Pitanga	16/07/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 06/82

Curitiba, 26 de fevereiro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos (n.ºs 1) a convênios celebrados com os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água:

Município	data
Andirá	11/03/81
Enéas Marques	11/03/81
Medianeira	11/03/81
Ourizona	11/03/81
Pitanga	16/04/81
São José da Boa Vista	11/03/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 07/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 2, datado de 11 de junho de 1981, ao convênio celebrado em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e o Município de KALORÉ, objetivando a execução de obras no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-

lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 08/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 2, datado de 09 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 19 de agosto de 1980, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando alocação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migrações Internas no Estado do Paraná, nas Cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba e Londrina.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 09/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos n.º 1, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água:

Município	data do Aditamento	data do convênio
Cândido de Abreu	16/04/81	16/12/80
São José dos Pinhais	11/03/81	11/11/80
Tibagi	16/04/81	16/12/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 10/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos n.º 2, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água:

Município	data do Aditamento	data do Convênio Aditado
Cândido de Abreu	16/07/81	16/12/80
São José dos Pinhais	11/06/81	11/11/80
Tibagi	16/07/81	16/12/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 11/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio celebrado em 19 de novembro de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 12/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos (n.º 1), datados de 19 de novembro de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana:

Município	Data do convênio aditado
Guaraci	26/06/81
Mamborê	22/06/81
Tapira	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 13/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo n.º 1, datado de 04 de dezembro de 1981, ao convênio n.º 7/81, celebrado em 03 de abril do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio

texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 14/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Renovação datado de 30 de setembro de 1981, do Convênio n.º 95/80, de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Santa Mariana, figurando como intervenientes a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios - SEDM e a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 15/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 11 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 16/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 30 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 17/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 27 de novembro de 1981, ao convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de AMAPORÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 18/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do terceiro termo aditivo datado de 22 de dezembro de 1981, ao convênio FBTU-008/80, celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios, para a execução do "programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 19/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, as inclusas cópias de termo de renovação datados de 30 de setembro de 1981, de convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios adiante mencionados, figurando como intervenientes à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios - SEDM e a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município

n.º e data do Conv. renovado

Alto Piquiri	82/80/SEPL - 27/06/80
Andirá	83/80/SEPL - 27/06/80
Antonina	70/80/SEPL - 27/06/80
Apucarana	44/80/SEPL - 27/06/80
Assaí	96/80/SEPL - 30/06/80
Assis Chateaubriand	57/80/SEPL - 27/06/80
Astorga	74/80/SEPL - 27/06/80
Bandeirantes	67/80/SEPL - 27/06/80
Bela Vista do Paraíso	81/80/SEPL - 27/06/80
Cambará	79/80/SEPL - 27/06/80
Cambé	64/80/SEPL - 27/06/80
Campina da Lagoa	102/80/SEPL - 27/06/80
Campo Mourão	47/80/SEPL - 30/06/80
Castro	63/80/SEPL - 27/06/80
Céu Azul	104/80/SEPL - 27/06/80
Cianorte	48/80/SEPL - 27/06/80
Cornélio Procopio	51/80/SEPL - 30/06/80
Goioerê	58/80/SEPL - 27/06/80
Guaíra	60/80/SEPL - 27/06/80
Guaratuba	98/80/SEPL - 27/06/80
Ibaiti	101/80/SEPL - 27/06/80
Ibiporã	69/80/SEPL - 27/06/80
Iporã	62/80/SEPL - 30/06/80
Irati	72/80/SEPL - 30/06/80
Ivaiporã	54/80/SEPL - 27/06/80
Jacarezinho	56/80/SEPL - 27/06/80
Jaguariaíva	103/80/SEPL - 27/06/80
Jandaia do Sul	66/80/SEPL - 30/06/80
Lapa	84/80/SEPL - 27/06/80
Laranjeiras do Sul	85/80/SEPL - 27/06/80
Loanda	87/80/SEPL - 27/06/80
Mandaguari	65/80/SEPL - 30/06/80
Marechal Cândido Rondon	75/80/SEPL - 27/06/80
Mariálv	73/80/SEPL - 27/06/80
Mariluz	97/80/SEPL - 27/06/80
Medianeira	76/80/SEPL - 27/06/80
Moreira Salles	106/80/SEPL - 27/06/80
Nova Esperança	68/80/SEPL - 27/06/80
Palmas	77/80/SEPL - 27/06/80
Palmeira	99/80/SEPL - 27/06/80
Palotina	88/80/SEPL - 27/06/80
Paranavaí	46/80/SEPL - 27/06/80
Pato Branco	55/80/SEPL - 27/06/80
Peabiru	90/80/SEPL - 27/06/80
Piraí do Sul	93/80/SEPL - 27/06/80
Pitanga	91/80/SEPL - 27/06/80
Porecatu	94/80/SEPL - 30/06/80
Primeiro de Maio	105/80/SEPL - 30/06/80
Rio Negro	78/80/SEPL - 27/06/80
Rolândia	53/80/SEPL - 27/06/80
Santo Antônio da Platina	71/80/SEPL - 27/06/80
São Mateus do Sul	109/80/SEPL - 27/06/80
Sertãoópolis	107/80/SEPL - 27/06/80
Telêmaco Borba	49/80/SEPL - 27/06/80
Terra Boa	108/80/SEPL - 27/06/80
Terra Roxa	80/80/SEPL - 27/06/80
Toledo	52/80/SEPL - 27/06/80
Ubiratã	86/80/SEPL - 27/06/80
Umuarama	45/80/SEPL - 27/06/80
União da Vitória	50/80/SEPL - 27/06/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 20/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 22 de dezembro de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana:

Município	data do convênio aditado
Campina da Lagoa	22/06/81
Cidade Gaúcha	09/06/81
Cruzeiro do Oeste	22/06/81
Doutor Camargo	09/06/81
Floraí	22/06/81
Iporã	26/06/81
Jataizinho	22/06/81
Loanda	22/06/81
Marialva	22/06/81
Nova Fátima	22/06/81
Nova Olímpia	15/07/81
Paçandu	22/06/81
Paranapoema	22/06/81
Peabiru	22/06/81
Presidente Castelo Branco	22/06/81
Querência do Norte	22/06/81
Santa Cruz do Monte Castelo	22/06/81
Santa Fé	22/06/81
Santa Inês	22/06/81
Santa Izabel do Ivaí	15/09/81
Santo Antônio do Caiuá	22/06/81
São Tomé	22/06/81
Tapira	22/06/81
Terra Roxa	22/06/81
Umuarama	05/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 21/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano:

Município	número e data do convênio
Almirante Tamandaré	30/81 - 23/10/81
Araucária	31/81 - 28/10/81
Balsa Nova	32/81 - 23/10/81
Bocaiúva do Sul	33/81 - 13/10/81
Campina Grande do Sul	34/81 - 13/10/81
Campo Largo	35/81 - 13/10/81
Contenda	36/81 - 13/10/81
Mandirituba	41/81 - 10/11/81

Piraquara	37/81 - 28/10/81
Quatro Barras	38/81 - 13/10/81
Rio Branco do Sul	39/81 - 28/10/81
São José dos Pinhais	40/81 - 13/10/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 22/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 07 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de CAPANEMA, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 23/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de novembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de GUARANIAÇU, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 24/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras públicas nos municípios signatários de tais convênios:

Município	número e data do convênio
Adrianópolis	38/SEAD - 09/11/81
Agudos do Sul	22/SEAD - 09/11/81

Antonio Olinto 23/SEAD - 09/11/81
Cândido de Abreu 24/SEAD - 20/11/81
Ivaí 26/SEAD - 09/11/81
Ortigueira 27/SEAD - 18/11/81
Paulo Frontin 30/SEAD - 09/11/81
Piên 31/SEAD - 09/11/81
Reserva 33/SEAD - 09/11/81
Tibagi 34/SEAD - 25/11/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 25/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 14 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de MARILENA e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo

Mensagem n.º 26/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano:

Município	número e data do convênio
Bocaiúva do Sul	42/81 - 21/12/81
Campina Grande do Sul	43/81 - 18/12/81
Campina Grande do Sul	47/81 - 18/12/81
Colombo	48/81 - 21/12/81
Piraquara	44/81 - 21/12/81
Quatro Barras	45/81 - 21/12/81
São José dos Pinhais	46/81 - 21/12/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 27/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios n.º 1 e 2, de 03 de janeiro de 1982 e n.º 3, de 29 de janeiro do mesmo ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e, respectivamente, os Municípios de ARAUCÁRIA, CAMPINA GRANDE DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, figurando como interveniente a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 28/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras públicas nos municípios signatários de tais convênios:

Município	número e data do convênio
Cândido de Abreu	24/SEAD - 20/11/81
Imbituva	25/SEAD - 10/12/81
Ortigueira	27/SEAD - 18/11/81
Palmeira	28/SEAD - 09/12/81
Paula Freitas	29/SEAD - 12/12/81
Porto Vitória	32/SEAD - 10/12/81
Tibagi	34/SEAD - 25/12/81
Tijucas do Sul	35/SEAD - 08/12/81
Morretes	51/SEAD - 14/12/81
Mallet	66/SEAD - 15/12/81
São João do Triunfo	67/SEAD - 15/12/81
União da Vitória	68/SEAD - 15/12/81
Cerro Azul	70/SEAD - 08/12/81
Adrianópolis	71/SEAD - 08/12/81
Rio Negro	73/SEAD - 15/12/81
Cruz Machado	74/SEAD - 15/12/81
Rio Negro	75/SEAD - 15/12/81
Piên	76/SEAD - 15/12/81
Irati	77/SEAD - 15/12/81
Lapa	78/SEAD - 15/12/81
Porto Amazonas	86/SEAD - 15/12/81
Guaratuba	89/SEAD - 15/12/81
Antonina	90/SEAD - 15/12/81
Guaratuba	92/SEAD - 15/12/81
Guaraqueçaba	93/SEAD - 15/12/81
Morretes	94/SEAD - 15/12/81
Antonina	95/SEAD - 15/12/81
Arapoti	96/SEAD - 15/12/81
Cândido de Abreu	97/SEAD - 15/12/81
Imbituva	98/SEAD - 15/12/81
Ipiranga	99/SEAD - 15/12/81
Ivaí	100/SEAD - 15/12/81
Jaguariaíva	101/SEAD - 15/12/81

ORTIGUEIRA	102/SEAD - 15/12/81
PIRAÍ DO SUL	103/SEAD - 15/12/81
PORTO AMAZONAS	104/SEAD - 15/12/81
RESERVA	105/SEAD - 15/12/81
SENGES	106/SEAD - 15/12/81
TEIXEIRA SOARES	107/SEAD - 15/12/81
TIBAGI	108/SEAD - 15/12/81
ADRIANÓPOLIS	109/SEAD - 15/12/81
AGUDOS DO SUL	110/SEAD - 15/12/81
ANTÔNIO OLINTO	111/SEAD - 15/12/81
BITURUNA	112/SEAD - 15/12/81
CAMPO DO TENENTE	113/SEAD - 21/12/81
CERRO AZUL	114/SEAD - 15/12/81
CRUZ MACHADO	115/SEAD - 15/12/81
GENERAL CARNEIRO	116/SEAD - 15/12/81
IRATI	117/SEAD - 15/12/81
LAPA	118/SEAD - 15/12/81
MALLET	119/SEAD - 15/12/81
MANGUEIRINHA	120/SEAD - 15/12/81
PALMAS	121/SEAD - 15/12/81
PAULA FREITAS	122/SEAD - 15/12/81
PAULO FRONTIN	123/SEAD - 15/12/81
PIÊN	124/SEAD - 15/12/81
PORTO VITÓRIA	125/SEAD - 15/12/81
QUITANDINHA	126/SEAD - 15/12/81
REBOUÇAS	127/SEAD - 15/12/81
RIO AZUL	128/SEAD - 15/12/81
RIO NEGRO	129/SEAD - 15/12/81
SÃO JOÃO DO TRIUNFO	130/SEAD - 15/12/81
SÃO MATEUS DO SUL	131/SEAD - 15/12/81
TIJUCAS DO SUL	132/SEAD - 15/12/81
UNIÃO DA VITÓRIA	133/SEAD - 15/12/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está exposto no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 29/82 X Curitiba, 04 de março de 1982.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a fazer reverter, através de doação, à Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, uma área de terreno medindo 1.560,00 m² (hum mil, quinhentos e sessenta metros quadrados), localizada na Quadra n.º 01, do imóvel denominado "Barro Preto", do loteamento "Jardim D. Mary" da cidade de Guarapuava, neste Estado.

As razões que me levaram a propor a essa augusta Casa de Leis o anexo anteprojeto, estão devidamente detalhadas na inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 008/82, de 10 de fevereiro do corrente ano, firmada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo :

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer

reverter, por meio de doação, à Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, um terreno foreiro, medindo a área de 1.560,00 m² (Hum mil, quinhentos e sessenta metros quadrados), ou sejam, 52,00 por 30,00 metros, localizado na quadra n.º 01 (hum) do imóvel denominado "Barro Preto", do loteamento "Jardim D. Mary", na cidade de Guarapuava, neste Estado, conforme transcrição levada a efeito sob o n.º 36.113, fls. 164, Livro 3-X, do 1.º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, cuja reversão será efetivada em face da outorgada donatária e seu marido, terem cedido ao Município de Guarapuava, uma área maior, de 7.200,00 m², posteriormente transmitida por doação à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Administração

EM 008/82 Curitiba, 10 de fevereiro de 1982.

Senhor Governador:

Tenho a honra de expor e solicitar a Vossa Excelência, o seguinte:

1. O Estado recebeu por doação, feita em 17/1/67, por Mary Iolanda Verlangieri Rocha e pelo marido Laurindo Pereira da Rocha (falecido), um terreno de 1.560,00 metros quadrados, no imóvel denominado Barro Preto, loteamento Jardim Dona Mary, em Guarapuava, destinado à construção de uma unidade escolar.

2. O grupo escolar construído no local foi destruído por um incêndio, e após isso, os mesmos doadores cederam ao Estado outro terreno, este com 7.200,00 metros quadrados, no qual funciona a Escola Doutor Rubens Fleury da Rocha, pertencente à Fundação Educacional do Estado do Paraná.

3. Considerando que o primeiro terreno deixou de atender ao objetivo para o qual foi doado, a viúva Mary Iolanda Verlangieri Rocha, pede a devolução, por meio de doação, do terreno mencionado no item 1.

4. A Fundação Educacional do Estado do Paraná opina favoravelmente à devolução.

5. Em vista do exposto, proponho que se faça a devolução nos termos da anexa minuta de projeto de lei.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) VÉSPERO MENDES

Secretário de Estado da Administração.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 30/82 Curitiba, 04 de março de 1982.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, parte das datas de terras n.ºs 07 e 08, da Quadra n.º A-10, com a área de 1.185,00 m², situada na cidade de Maringá, integradas ao patrimônio do Estado, conforme transcrição n.º 14.224, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Maringá.

A proposição que ora submeto a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, no imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do Plano de Lei anexo, o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, deverá construir uma creche e outras dependências necessárias ao atendimento de servidores públicos residentes naquela região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, parte das datas de terras n.ºs 07 e 08, da Quadra n.º A-10, com a área de 1.185,00 m², situada na cidade de Maringá, recebida em doação, pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 14.224, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Maringá.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior, será destinada à edificação de uma creche e demais dependências necessárias à assistência aos dependentes dos construintes do IPE.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 31/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Curitiba, o imóvel constituído pelos lotes n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra n.º 168, da Planta Boqueirão, desta Capital.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, tendo-se em conta que o imóvel cuja autorização para doação é proposta será utilizado, conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito, na construção de estabelecimento municipal de Ensino, que dará atendimento a matrículas de 1.ª a 4.ª Séries, do Primeiro Grau, em todos os turnos.

O anteprojeto de lei em causa contém dispositivo expresso quanto à destinação do imóvel a ser doado, gravando-o, inclusive, com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, o imóvel constituído pelos lotes de n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19, da Quadra n.º 168, da Planta Boqueirão, do referido município, tendo área total de 3.905,00 metros quadrados, objeto de parte da transcrição n.º 14.118, do Livro 3-E, de Transcrição das Transmissões da 3.ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo, será destinado à construção de um estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 32/82

Curitiba, 04 de março de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, a área de terras que especifica, havida pelo Estado

conforme matrícula n.º 8.339, às fls. 75, do Livro n.º 2-1-AH do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

O imóvel cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei em causa, será utilizado, conforme disposição expressamente contida, na construção, no prazo de três anos, do Centro Esportivo de Quedas do Iguaçu, razão porque tal doação consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, uma área de terras com ... 19.555,30 m², situada no referido município, havida pelo Estado conforme matrícula n.º 8.339, às fls. 75 do Livro n.º 2-1-AH, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizada pela donatária na edificação do Centro Esportivo da Cidade de Quedas do Iguaçu, que deverá ocorrer no prazo de 3 (três) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — O imóvel objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO LOPES DOS SANTOS, vereador do pujante Município de São João do Ivaí, ocorrido no dia 14 de março próximo passado.

O falecido deixou viúva a Senhora Maria Lima dos Santos e filhos, e é residente à Rua M. Heuco, s/n, da cidade de São João do Ivaí.

Requer seja dado ciência do teor deste requerimento à Câmara Municipal e São João do Ivaí, como também aos seus familiares enlutados na pessoa do cônjuge acima referido.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se tendo em vista a perda lamentável que sofreu a população de São João do Ivaí, pelo passamento do ilustre edil Antônio Lopes dos Santos.

Era um dos pioneiros na região e um dos batalhadores na Câmara Municipal em defesa dos munícipes. Por várias legislaturas exerceu com dignidade o mandato que o povo democraticamente lhe outorgou.

Seus amigos, parentes e liderados choram a sua morte. Suas ações ficarão e, por certo, muitos o imitarão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regi-

mentais, REQUER a inserção na Ata da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento de Ângelo Sartor, ocorrido na Cidade de Marumbi, em 10 de março de 1982.

O extinto era agricultor e um dos fundadores da cidade, deixando uma numerosa família e de bom conceito na localidade.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário da Justiça e ao Governador do Estado, pedindo providências urgentes para viabilizar o funcionamento das Sub-Procuradorias do Estado no interior e o atendimento jurídico à população carente de recursos e a criação de mais Sub-Procuradorias nas diferentes regiões do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Governo vem afirmando que a criação das Sub-Procuradorias no interior do Estado vem resolvendo o grave problema do atendimento aos carentes de recursos e que, por esta razão, sempre se viram sem condições por falta delas, de acesso à Justiça, especialmente pela ausência de um advogado o que lhes limita o direito de defesa, de seus direitos.

Acontece que as Sub-Procuradorias, pela falta de estrutura e meios suficientes, não vêm cumprindo com esse papel.

Acresce às suas dificuldades o fato de que estão subcargadas com as tarefas de cobranças de executivas fiscais o que é inconcebível, pois não foi para isso que foram criadas.

Assim sendo, mantém-se o quadro de dificuldades da população também no que diz respeito ao acesso à justiça mesmo porque já não contam com os serviços de advogados dativos, pois estes, com assentimento da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, decidiram não mais realizar a defesa gratuita, entendendo que este tipo de assistência não se constitui em solução correta para a questão e acaba por ferir dispositivos constitucionais.

Em decorrência, há comarcas no interior do Estado com mais de cem processos em que o réu está na condição de preso e estão paralisados pela única razão de que não há advogados para fazer a defesa. Esta situação avilta o direito de defesa do acusado e obriga aos juízes a um comportamento que fere sua vontade e os princípios mais elementares da justiça, que significa a manutenção de réus em prisão.

É diante deste quadro que encaminhamos o requerimento pedindo que se envie expediente ao Secretário da Justiça e ao Governador do Estado para que tomem medidas urgentes de viabilização das sub-Procuradorias do Estado no interior que, em outras tarefas, teriam a mais importante de oferecer as condições de democratização do acesso à justiça para a ampla maioria da população.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Telex aos Excelentíssimos Srs. Dr. Amauri Stábile, digníssimo Ministro da Agricultura, Dr. Carlos Geraldo Langoni, digníssimo Diretor Presidente do Banco Central e Dr. Euro Brandão, digníssimo Presidente do BADEP, solicitando que revejam o recente empréstimo de Cr\$ 350.000.000,00 cedido à empresa AGROCERES, atendendo desta forma os reclamos da classe

produtora de suínos do Paraná.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Desde a divulgação de que o BADEP, com a autorização do Ministério da Agricultura e do Banco Central, tem aprovado um empréstimo de Cr\$ 350.000.000,00 à empresa AGROCERES para a instalação de uma granja de suínos, mais precisamente de uma granja de reprodução de suínos com 1200 matrizes e de uma fábrica de ração em Marechal Cândido Rondon, a classe dos suinocultores do Paraná tem apelado para que o empréstimo fosse revisto, levando em consideração a crise em que se encontra o setor.

Afirma a classe reprodutora do Paraná de que está por acontecer uma monopolização de recursos oficiais por empresas internacionais deixando, conseqüentemente, de atender a empresas paranaenses. Os recursos liberados à AGROCERES foram formados com a contribuição de todos os brasileiros e é inaceitável que empresas com francos vínculos transnacionais façam uso, em caráter de privilégio, destes recursos, quando os mesmos estão indisponíveis aos nossos produtores toda vez que os solicitam.

Apelamos, assim como o faz a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES, que o empréstimo seja revisto, atendendo aos suinocultores paranaenses que sempre deixaram benefícios reais para o desenvolvimento de nossa terra.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando urgente melhoramento da Rodovia PR-151, no trecho compreendido entre os municípios de Palmeira e São João do Triunfo, terminando em São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato do péssimo estado em que se encontra aquela rodovia, e mais ainda por sabermos que anos atrás foram efetuados os levantamentos topográficos para a elaboração do projeto de pavimentação da dita via, porém, projetos engavetados não melhoram de maneira alguma as condições de tráfego.

Assim sendo encarecemos urgentes providências no sentido de que pelo menos o revestimento primário seja refeito, uma vez que o asfalto passa a ser mais uma ilusão perdida para o povo daquela região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e atendidas as formalidades, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro da Agricultura, ao Secretário da Agricultura e à Comissão de Financiamento da Produção, pedindo medidas em favor dos produtores de milho, entre elas, a alocação de recursos a título de Empréstimo do Governo Federal - EGF, que permitem a comercialização do produto.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Os produtores de milho de nosso Estado enfrentam grandes dificuldades. Estimulados a produzir estão colhendo

- CERFRA - Francisco Beltrão e Planalto
- CERNOPI - Ribeirão do Pinhal e Abatiá
- CERAst - Astorga.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação Edson Machado, apelando no sentido de determinar estudos para construção de uma escola na Vila Suíça.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Vila Suíça e da Vila Kracinski necessitam de uma escola, pois trata-se de uma vila muito populosa e na maioria são pessoas carentes que não tem condições de se locomover até outros bairros onde há escolas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inversão da Ordem do Dia, para votação dos projetos que se encontram em pauta, para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 15/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, desta Cidade de Curitiba e serve desinteressadamente à coletividade, conforme relatório que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma, o que dispõe a legislação pertinente a matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 16/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIOERÉ - APEG, com sede e foro na Cidade de Goioerê.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à classe dos uma excelente safra, mas a sua comercialização é dificultada

especialmente porque não há, nas agências do Banco do Brasil, recursos na forma de Empréstimo do Governo Federal - EGF, que poderiam garantir, na prática, o respeito ao preço mínimo estabelecido para o produto. Sem isso, o produtor vem sendo aviltado, obrigado a entregar o resultado de seus esforços a preço não compatível nem mesmo com as despesas de produção, se incluirmos a remuneração da força de trabalho. Para que se tenha uma idéia, o preço de mercado em 1981 para a saca de milho era de Cr\$ 650,00. Atualmente é de Cr\$... 820,00, o que corrige nem mesmo os efeitos da inflação. O mais grave é que as despesas não cresceram nessa produção. Em 1981, para se colher uma saca o custo era de Cr\$ 100,00. Hoje é de Cr\$ 180,00. O frete por saca era Cr\$ 20,00, hoje é de Cr\$... 40,00.

O que agrava a situação é que a boa safra estimulada pelo Governo desestabilizou o mercado e colocou o produtor sob as imposições do intermediário que se vê à vontade para impor preços, estabelecer descontos excessivos por conta da qualidade.

A única forma de restabelecer condições justas de mercado para os nossos produtores de milho é a alocação de recursos sob a forma de EGF nas agências do Banco do Brasil. Esta é a compreensão também das cooperativas que já têm encaixado medidas junto aos responsáveis no governo pelo setor. É com esta disposição que encaminhamos este requerimento a ser aprovado nesta Assembléia em defesa do nosso produtor.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente às autoridades a seguir relacionadas, pedindo a liberação de recursos para a execução do I PLANO ESTADUAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL COOPERATIVA DO PARANÁ - 1.º PEERCO:

- ALÉSSIO VEZ PRIMO - Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil em Brasília - DF;
- LUIZ NORBERTO DA SILVA RATTO - Superintendente Regional do Banco do Brasil em Curitiba - PR;
- PEDRO NESSI SNIZEK - Gerente Regional do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC em Curitiba - PR;
- TOSHIO SHIBUIA - Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em Brasília - DF;
- GIAMPAOLO MARCELLO FALCO - Vice-Presidente do Banco do Brasil em Brasília - DF;
- MÁRIO STADLER DE SOUZA - Conselho Monetário Nacional em Curitiba - PR.

Este plano, Sr. Presidente, virá beneficiar mais de 1000 (mil) propriedades rurais paranaenses, levando aos beneficiados, maior conforto e desenvolvimento, através de uma política definida e direta, coordenada, programada e executada pela Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná Ltda., atendendo aos associados das Cooperativas de Eletrificação Rural de nosso Estado.

Apenso a este requerimento estou encaminhando o Plano do 1.º PEERCO onde estão claramente definidos os objetivos: "mostrar a atual situação da eletrificação rural em nosso Estado, bem como formalizar e justificar a solicitação de recursos específicos para a efetiva implantação da Eletrificação Rural Cooperativa".

Requer-se ainda, sejam enviadas cópias desses expedientes aos Presidentes das Cooperativas abaixo relacionadas, informando da decisão desta augusta Casa de Leis:

- CERTOL - Guaraniaçu e Toledo
- CERCHO - Chopinzinho
- CERPAB - Itapejara do Oeste e Pato Branco
- CERCAM - Campo Mourão e Peabiru
- CERCAR - Guaíra e Marechal Cândido Rondon
- CERPA - Assis Chateaubriand
- CERAL - Arapoti e Wenceslau Braz
- ELETRORURAL - Castro

professores e à comunidade de Goioerê, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal.

Apresentamos o presente plano de lei com a intenção de outorgar-lhe o reconhecimento público estadual, tendo em vista, conforme documentação que anexo apresentamos, preencher todos os requisitos essenciais previstos na legislação estadual pertinente à matéria.

PROJETO DE LEI Nº 17/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Único — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Ary Grillo de Souza Lobo.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Antonina, aos 6 de agosto de 1909, Ary Grillo de Souza Lobo, após cursar os ciclos básicos no Ginásio Paranaense, concluiu o curso de Medicina na Escola de Medicina da Universidade Fluminense, de Niterói.

Exerceu vários cargos de chefia na Pasta da Saúde de Nosso Estado, predominando esse desempenho funcional na área do combate à malária.

O "curriculum vitae" demonstra a dedicação de toda sua vida profissional a esse objetivo.

Ary Grillo de Souza Lobo, pelo seu passado de servidor público idealista e batalhador pode ser considerado como o responsável pela erradicação definitiva da malária em nosso Estado.

Isto, sem dúvida alguma, lhe confere a condição de cidadão benemérito de nosso Estado.

Assim, o presente projeto quer tão somente converter em norma legal o título que o homenageado adquiriu ao longo de sua fecunda carreira no serviço público.

Esta, particularmente enquadra a medida na legislação pertinente e garante a unânime aprovação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Está em visita a este Poder, membro da Comissão Pro-Emancipação de Maritá, Município de Palotina, acompanhado do Vereador Reinaldo Chanoski.

Não há oradores inscrito para o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos apresentando um requerimento nos posicionando, mais uma vez, sobre o tão discutido empréstimo que está sendo concedido pelo BADEP à empresa AGROCERES.

Embora seja para a constituição de uma indústria em nossa cidade, em nossa região, não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desconsiderar o grau de dependência que esse projeto poderá criar e o prejuízo que deverá vir deste projeto à classe dos suinocultores. É por isso que a Associação dos Suinocultores do Paraná tem se posicionado veementemente, protestando, para que para tal fim seja utilizado os recursos dos cofres públicos, os recursos provenientes dos próprios contribuintes. E assim se caracterizando numa concorrência ilícita com as várias granjas que existem de produção de matrizes.

Mas, a história do suíno no Paraná e no Brasil todo, desde 1978, o Governo Federal pediu que se divulgasse aos quatro ventos a existência de uma "peste suína africana - clássica" e conhecida por todos os brasileiros. Esta peste arruinou milhares de suinocultores brasileiros e muitos destes, paranaenses. E o que é pior, Sr. Presidente, retraiu o mercado internacional em relação à carne suína exportada pelo Brasil. Os agen-

tes do Governo protesto do Governo Federal, andavam por toda parte e quando escolhiam determinada propriedade, sem falhas, a peste era lá encontrada e o rebanho, inapelavelmente, era sacrificado diante do protesto da família dos suinocultores que nada podiam fazer diante da violência de um batalhão da polícia fortemente armado.

Aquela peste suína africana, até hoje não devidamente comprovada ou esclarecida, tinha o objetivo, quer me parecer, específico: acabar com certa raça e marcas de suínos considerados improdutivo, improdutivo entre aspas, para a política pecuária do Governo de então. E no lugar deles pretendiam colocar outras raças que serviam aos interesses tremendamente monopolizados e marcas de suínos internacionais. Levantando aqui então, a suspeita de que há interesse daqueles que fazem seus depósitos mortos na Suíça.

A violência aberta na época adotada, não surtiu os efeitos desejados. Antes deixou a sociedade e a classe produtora nacional atordoada pelos métodos aplicados. No entanto, o objetivo de implantar raças e marcas de suínos que atendam a interesses multinacionais, ainda continua sendo perseguido, pelos isto sim, caracterizados "maus brasileiros que nos governam"

Se foi abandonado o método da violência aberta, foi adotado outro, não menos violento, que é a força econômica desses verdadeiros oligopórcos. Em outubro, mais precisamente em 8 de outubro de 1981, ocupávamos esta mesma tribuna para solicitar informação sobre o critério adotado pelo BADEP para liberação de 350 milhões para a AGROCERES, que desejava implantar, além de uma fábrica de rações, também existente na cidade em que iria implantar-se, desejava implantar também uma granja reprodutora de suínos de matrizes em Marechal Cândido Rondon.

Solicitamos na época essas informações, porque ouvíamos o protesto geral dos suinocultores do Paraná, tanto da Região Oeste como de todo o Paraná, através do Núcleo e Associação Paranaense da Suinocultura - APS de Cascavel, com referência a soma liberada por um órgão público a uma empresa privada com nítidos vínculos multinacionais.

E AGROCERES deseja, com seu investimento, introduzir na região uma marca de suíno tipo PII que, conforme a empresa, seria altamente vantajosa.

Acontece, no entanto, que aquela marca de suínos PII ainda não provou sua qualidade e potencialidade genéticas no território brasileiro.

Estamos sendo informados através de uma revista francesa que publicou um vasto estudo sobre o desempenho daquela marca suína no Continente europeu e se constatou que a mesma se coloca muito atrás de outras marcas que já participam significativamente no rebanho suíno nacional. Atesta a revista em seu estudo que a marca PII necessita de mais alimento para quilograma produzido do que outras seis marcas; leva certa desvantagem no comprimento da carcassa e prevalece na área de gordura em diversas partes do animal. A qualidade da carne também é inferior diante das marcas já existentes e perfeitamente adaptadas em nossa região de clima tropical. Outro fator, segundo a revista, que desautoriza a marca é a performance conseguida no que tange a ocupação de espaço em relação ao tempo de crescimento e engorda com a produção adquirida. E assim poderíamos apresentar aqui uma série de dados comprobatórios de que a marca Suína PII, na realidade, não é o que se quer induzir que seja, pois seu aprimoramento haverá de depender de circunstâncias específicas de cada região.

Ora, se estamos na atualidade procurando baixar cada vez mais o custo de produção do suíno ao lado de esforços para uma marca de ampla adaptação às particularidades ambientais, não podemos calar diante de dados que revelam dúvidas quanto a introdução de uma marca, ainda alheia ao ambiente tropical do Oeste paranaense.

Por outro lado, só esse fator poderá alterar a exigência

nutricional do suíno, que para se manter sadio e produtivo necessitará de produtos veterinários importados, criando desta forma um forte mercado paralelo para as multinacionais, detentoras do monopólio veterinário. Ainda, seguindo este raciocínio, podemos entender melhor a resposta do BADEP quando afirma "que os pequenos suinocultores, os grandes beneficiários do projeto, não terão qualquer vínculo com a compra quanto à ração dos animais"

Essa é uma afirmação fortuita, pois a marca de suínos a ser introduzida dependerá para obter êxito de uma dieta alimentar rigorosamente controlada por produtos veterinários e que só a empresa produzirá. Eis aí a razão maior para a instalação da Fábrica de Ração ao lado da granja multiplicadora.

A AGROCERES terá que provar a qualificação genética da marca com dados técnicos e científicos e não apenas através de um trabalho de intensa divulgação. Em nossos parcos conhecimentos sabemos que a qualificação genética deve ser dada considerando-se principalmente circunstâncias do contexto da região em que a mesma haverá de se desenvolver.

Não se pode simplesmente transferir a obtenção de certos resultados em uma região como se fossem também de outra, isto é uma leviandade científica e nunca uma verdade.

O que nos parece claro no investimento do BADEP dado a AGROCERES é de que se está instalando uma concorrência ilícita aos Granjeiros de Suínos do Paraná. E é uma concorrência ilícita porque uma empresa, de respeitável porte econômico e de capital, concorrerá, com a ajuda de dinheiro público originário do BADEP, e do Banco Central, com granjas de todo Estado, que lutam desesperadamente para se recuperar da recente crise de 80/81.

Diz ainda o BADEP de que a "AGROCERES virá acabar com a dependência do Paraná em relação a matrizes oriundas do exterior e de outros estados", este dado, este argumento deve estar na imaginação de alguém que receberá, por certo, polpudas propinas para a aprovação do investimento, pois conforme a Associação Paranaense dos Suinocultores (APS), em 1980 houve a produção de 20.000 matrizes, já em 1981 este número caiu para 13.000.

Ora, a redução na produção de matrizes se deveu exatamente pela retração e crise no mercado no ano de 80 e 81. E dizer que o Paraná compra matrizes de outros estados e até do exterior não são argumentos comprobatórios de que existe mercado para mais uma granja com capacidade de produção de 1200 matrizes, pois tanto ou até mais do que o Paraná busca matrizes de fora também as vende.

A intenção mais convincente para a instalação da AGROCERES em Marechal Cândido Rondon é a de tirar do mercado dezenas de granjas de suínos de porte médio, totalmente paranaense, só para dar lugar à AGROCERES com seu capital baseado em dinheiro público, em dinheiro de todo cidadão paranaense.

Através de um breve histórico, e não com documentos, o BADEP tenta provar a nacionalidade da AGROCERES.

Ora, o simples fato da empresa ter sido nacionalizada, ter técnicos brasileiros e a participação de empresários brasileiros no projeto, não a isentam da possibilidade de estar atrelada a interesses multinacionais.

Pelo contrário, a AGROCERES - PIC é a filial aqui no Brasil da Empresa PIG IMPROVEMENT INTERNACIONAL - PII - detentora dos direitos sobre a marca suínola PII.

E o que ainda não sabemos são os "royalties" pagos a PII para o desenvolvimento desta marca em nosso território.

Gostaríamos que esse atrelamento não acontecesse como se está dando com a avicultura paranaense, sobre a qual pesa hoje um atrelamento à origem genética de raças importadas, levando-nos a gastar muitas divisas preciosas e necessárias em tantos setores carentes de atendimento.

A PIG IMPROVEMENT INTERNACIONAL - PII - está

a desenvolver um programa de expansão da marca em todo o continente latino-americano, já tendo se instalado no México, na República Dominicana, no Chile, na Venezuela e agora recentemente não mede esforços para se infiltrar no mercado brasileiro.

O Paraná foi o escolhido para ser o sacrificado com a concorrência desleal e ilícita que pretende fazer a mais de uma centena de granjas espalhadas pelo Estado e especificamente às onze (11) implantadas e em pleno funcionamento na região, área de sua possível expansão.

A decisão do BADEP e do BANCO CENTRAL em aprovar o financiamento à AGROCERES, além de marginalizar a classe dos suinocultores e as respectivas associações quando dos veementes apelos a incentivos no setor, está também em franca contradição com as atividades da ACARPA no PLANO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR e com as DIRETRIZES GLOBAIS do Governo Ney Braga quando afirma ser objetivo do Governo fazer prevalecer o destino de recursos às entidades associativas.

E está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Associação Paranaense dos Suinocultores carentes e pedindo. E o que faz o Governo. Qual a orientação que tem o Governo. Pega e cede esses recursos paranaenses próprios, resultado da contribuição dos paranaenses e os dá para uma empresa do tipo AGROCERES. E o que é pior, coloca inclusive, o atual Ministro da Agricultura, o Dr. Amaury Stábile, na postura de mentiroso, quando este afirmou e garantiu, via Telex, ao núcleo da APS de Cascavel de que o financiamento à AGROCERES teria sido cancelado. Já não sabemos mais quem manda na política agrícola nacional, se é a PII, a AGROCERES, o BADEP, o BANCO CENTRAL, o Ministro da Agricultura ou outro qualquer. Sabemos, no entanto, que durante os anos de 80/81 os suinocultores paranaenses têm se dirigido a estas autoridades oficiais à procura de recursos que nunca encontravam disponíveis, mas que a empresa AGROCERES consegue até com juros diferenciados.

Está claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o empresário paranaense e as entidades associativas paranaenses não têm prestígio junto ao Banco Central e nem ao BADEP. Prova disso foi o indeferimento de recursos solicitados pela COPER-SUL (Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais) de Ponta Grossa, que pretendia instalar uma indústria de esmagamento de soja na Cidade de Palotina, não conseguiu ver atendida esta solicitação sob a vergonhosa alegação do Banco Central de que havia indeferido o Parecer contrário do Banco Mundial de Desenvolvimento.

A iniciativa de uma Cooperativa Paranaense não teve ouvidos e nem recebeu incentivos por parte do Governo para caracterizar um plano tão viável para a nossa região, um plano que seria um passo significativo no beneficiamento da principal matéria prima da região que é a soja. Este investimento em Palotina viria de fato criar mão-de-obra e oferecer alternativas de emprego. Uma AGROCERES poderá até criar 120 empregos diretos, mas tal qual como criou virá desalojar centenas que se empregam na suinocultura da região.

A continuar o privilegiamento de determinados grupos através de financiamentos subsidiados, as iniciativas empresariais haverão de se reduzir drasticamente. Tal atitude, como já dissemos, vem a favorecer determinados grupos em detrimento de um crescimento mais equilibrado e equânime de todos os que estão dispostos a desenvolver atividades empresariais das mais diversas. Se a população do Oeste, através da classe dos suinocultores, não ver atendidas as reivindicações no que tange aos recursos oferecidos à AGROCERES em detrimento de toda uma estrutura já montada haverá de acusar este Governo de injusto e antidemocrático.

E sobretudo, lesa pátria. Aliás o que já ficou comprovado em tantos e tantos episódios e atitudes do Governo, principalmente através do seu Ministro Delfin Neto.

Era isto, Sr. Presidente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Fará uso do horário, o Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no horário da Liderança do PMDB, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei das Contravenções Penais inclui o jogo no rol dos delitos, e discrimina as punições cabíveis. Tem havido assim, o alastramento da jogatina, o que multiplica, em grande escala, as casas de tavolagem. Esse alastramento tem uma explicação: o Governo Federal e os governos estaduais incentivam o jogo, por serem eles próprios banqueiros ostensivos da Loteria Federal e das Loterias Estaduais, da Loteria Esportiva e da Loto, afora a participação, através de impostos, nas atividades turfísticas em todo o País.

O jogo do bicho, por exemplo, é o vício diário de milhões de brasileiros. E os lucros se elevam à bilhões de cruzeiros, a cada ano. Está ocupando, nas últimas semanas, as páginas dos jornais do Paraná, do Rio e de São Paulo, por motivo dos escândalos em que se envolveu, com ganhadores de apostas lesados, em virtude do não pagamento dos prêmios, e com a denúncia de corrupção imperante, a atingir principalmente autoridades policiais.

Notamos que, agora, outra praga vem se disseminando pelo nosso Estado, talvez pelo resto do Brasil, o bingo, aparentemente inofensivo.

Organizou-se a máfia do bingo, infiltrada em grande número de municípios paranaenses. Essa máfia recorre a todos os meios para ilaquear a boa fé pública. E ganha muito dinheiro à custa disso.

Podemos exemplificar com o que está ocorrendo em Assis Chateaubriand. Um grupo de espertalhões introduziu o bingo naquela cidade. Para disfarçar o interesse financeiro do negócio, o grupo lançou mão do nome de entidades assistenciais respeitáveis e do nome da igreja católica. O povo, desinformado e ingênuo, pensa que ao participar dos jogos, está contribuindo generosamente para o bom desempenho daquelas entidades, na assistência a gente humilde e precisada.

O Clube dos Engraxates de Assis Chateaubriand e o Clube dos Guardas-Mirins, bem como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, se tornaram vítimas da esperteza e da malícia dos banqueiros de jogo. Cada uma das organizações teve o seu nome incluído nas cartelas do bingo, tendo ficado então a impressão para o povo, de que seriam elas as usufrutuárias das rendas da jogatina.

Essas organizações não haviam autorizado os espertalhões a fazerem uso do seu nome nas cartelas. Recusaram-se a compadecer com a contravenção e negaram-lhes o direito do uso do nome, embora houvesse a promessa de que o lucro obtido subtraído as despesas, seriam divididos entre as entidades assistenciais. O que está ocorrendo, no entanto, é que as entidades recebem migalhas e os aproveitadores embolsam mais de 90 por cento da renda líquida em cada bingo realizado.

Os mafiosos agem com desembaraço e com cinismo. Afrontam as autoridades e a polícia.

O delegado de polícia de Assis Chateaubriand, proibiu a realização do bingo que estava marcado, em Assis, para 21 de março. A petulância dos banqueiros do jogo é tanta que, sem levarem em conta que o bingo é uma contravenção sujeita a penas previstas no Código, recorreram à Justiça, a fim de se

garantirem na realização do bingo. Por sua formação moral e por seu caráter, o Juiz de Direito da Comarca não acolherá, com certeza, a esdrúxula petição dos contraventores.

Com sua indiscutível autoridade, como líder máximo de importante classe, o Sr. Elói dos Santos, Presidente em exercício da Associação Comercial e Industrial de Assis Chateaubriand, denunciou, igualmente, o delito continuado, que está sendo cometido pelos promotores de bingos naquela e em outras cidades, visando o seu enriquecimento pessoal e ilícito, em detrimento da economia popular, e em detrimento, sobretudo, da sã moral, a bússola que orienta a sociedade bem organizada.

Em face do exposto, requeremos que o texto integral da presente denúncia, acompanhado do veemente apelo, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança, para as providências legais cabíveis junto à Divisão Policial do Interior, ao mesmo subordinada.

É preciso que entidades honradas e insuspeitas deixem de ser indebitamente envolvidas na exploração da jogatina, como é preciso que os contraventores sejam punidos, de acordo com o que estabelecem o Código Penal e a Lei de Contravenções Penais do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia para votação dos projetos que se acham em pauta.

Em votação. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia acima aprovado,

a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE CULTURAL SANTO INÁCIO, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE NOSSA SENHORA DA APARECIDA, com sede em Rio Negro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de IRATI, área de terra pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 91/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do Município de CANTA GALLO. — Aprovado.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

12 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 121, 127 e 155/81.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/81.

Levanta-se a sessão.